



## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 002/2026**

O GOVERNO DO ACRE, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), convoca as prefeituras municipais do Estado do Acre e órgãos da União beneficiários de Emendas Parlamentares Estaduais ao Orçamento 2026 a apresentarem documentos e planos de trabalho para fins de celebração de convênio.

1. Este Edital de Convocação tem por objetivo notificar as prefeituras municipais do Estado do Acre e órgãos da União contemplados com Emendas Parlamentares Estaduais (com finalidade definida) ao orçamento 2026, com vistas à celebração de instrumentos de repasse com o Governo do Estado do Acre.

1.1 A Administração Pública Estadual, doravante denominada CONCEDENTE, celebrará convênios com as prefeituras municipais do Acre e Órgão da União, doravante denominados PROPONENTES, para a execução de projetos e/ou atividades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos de Emendas Parlamentares Estaduais à Lei de Orçamento Anual 2026.

1.2 Os referidos convênios serão celebrados e executados conforme regulamentação do Decreto Estadual 11.406/2024.

1.3 As Emendas Parlamentares Estaduais destinadas a “Transferência Especial” não serão objeto deste edital, devendo seus regramentos de execução serem estabelecidos em ato específico.

## **2. RECURSOS FINANCEIROS**

2.1 Os valores destinados às emendas parlamentares individuais estaduais estão previstos na Lei Estadual Nº 3.098, de 29 de dezembro 2025 (Lei de Orçamento Anual para o exercício 2026), sendo de execução orçamentária e financeira obrigatória, salvo nos casos de impedimento técnico ou descumprimento de requisito legal.

2.2 Conforme detalhado no ANEXO I deste edital, os beneficiários (PROponentes) deverão apresentar planos de trabalho em consonância com os objetos das respectivas emendas parlamentares, devendo as aquisições/contratações observarem os valores previamente estabelecidos nas naturezas de despesa custeio (GND-3) e investimento (GND-4).



### 3. REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

São condições para celebração de convênios com a Administração Pública Estadual, nos termos do Decreto Estadual 11.406/2024:

I- a regularidade nas prestações de contas de recursos anteriormente recebidos do Estado; e

II - existência de área gestora dos recursos recebidos, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, comprovada mediante declaração.

### 4 CRONOGRAMA

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZOS
Apresentação de documentos pelos beneficiários das emendas	Proponente	Até 27/03
<ul style="list-style-type: none"><li>Análise da documentação e Plano de Trabalho;</li><li>Complementação de documentos e Plano de Trabalho;</li><li>Reanálise da documentação e Plano de Trabalho;</li><li>Aprovação/Rejeição; e</li><li>Registro de Impedimento Técnico no SIGConvênios.</li></ul>	Concedente/ Proponente	Até 27/05
Celebração dos Instrumentos de Repasse	Concedente/ Proponente	Até 12/06

4.1 Caso necessária a complementação de documentos ou ajustes no plano de trabalho, o CONCEDENTE notificará o PROPONENTE mediante diligência, estipulando prazos proporcionais à complexidade da adequação, observando o cronograma disposto no item 4 deste edital.



4.2 Excepcionalmente, o CONCEDENTE poderá solicitar documentos adicionais não previstos no item 5.3 deste edital, de acordo com as legislações específicas relacionadas ao objeto do Plano de Trabalho.

4.3 O não envio ou o envio intempestivo dos documentos ou plano de trabalho, bem como o não atendimento às diligências citadas no item 4.1, motivará o impedimento técnico à celebração do convênio.

## **5 DAS PROPOSTAS: PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO**

5.1 O tempo de execução dos Planos de Trabalho deverá ser proporcional à amplitude das metas e atividades a serem realizadas, não devendo o período total exceder cinco anos.

5.2 Não será exigida dos PROPONENTES contrapartida financeira ou em bens e serviços como parte integrante do plano de trabalho. No entanto, possíveis despesas adicionais ou cujo orçamento extrapole o valor da emenda deverão ser custeadas pelos PROPONENTES.

5.3 O Plano de Trabalho deverá ser assinado e enviado juntamente com a documentação abaixo relacionada (Anexo II), em formato PDF, para o e-mail do respectivo CONCEDENTE listado no Anexo I deste edital, devendo conter:

5.3.1 Plano de Trabalho, conforme Anexo III;

5.3.2 Se a proposta envolver a execução de obras ou reformas, apresentar comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente;

5.3.3 Licença ambiental prévia, quando a proposta envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, na forma disciplinada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;

5.3.4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

5.3.5 Comprovante de endereço para correspondência;



5.3.6 Documentos pessoais do gestor (prefeito/ dirigente do órgão da União): RG, CPF, comprovante de endereço e termo de posse/nomeação;

5.3.7 Declaração de existência de área gestora dos recursos recebidos, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, comprovada mediante declaração (modelo - Anexo IV);

5.3.8 Comprovante de Cadastro de Credor junto à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/AC.

5.4 A Licença ambiental prévia de que trata o item 5.3.3 poderá ser apresentada mediante justificativa após a celebração do Convênio, devendo este estabelecer cláusula suspensiva nos termos do Art. 19 do Decreto 11.406/2024, ficando a execução do objeto suspensa nesse período.

5.5 Nos convênios, o projeto básico ou o termo de referência relativo às futuras contratações pelo PROPONENTE deverá ser apresentado antes da liberação da primeira parcela dos recursos, em prazo fixado no instrumento e não superior a cento e oitenta dias, que poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, sendo facultado ao CONCEDENTE exigi-lo antes da celebração do instrumento.

5.6 Os convênios celebrados com os entes federativos municipais utilizarão o registro principal da respectiva prefeitura no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

5.7 Não serão aceitas propostas enviadas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final definido no item 4 (Cronograma) deste edital.

5.8 O Governo do Acre não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos das linhas de comunicação.

## **6. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS**

6.1 O Plano de trabalho deverá ser apresentado em estrita observância ao Decreto 11.406/2024, observadas as proporções de “investimento” e “custeio” descritas no Anexo I deste edital, sendo vedado:



I - Despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

IV - Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

V - Despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, na qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

6.2 Todas as despesas deverão apresentar correlação direta com as metas e atividades previstas no Plano de Trabalho.

6.3 O CONCEDENTE analisará obrigatoriamente a adequação dos valores estimados na proposta de plano de trabalho, em especial quanto à compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado.

## **7. CONTRATAÇÃO E REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS**

7.1 A contratação da proposta será realizada mediante a assinatura do convênio e os valores serão transferidos conforme disponibilidade financeira do tesouro estadual, vinculada a despesa ao orçamento do exercício 2026.

7.2 O repasse dos recursos será realizado em parcela única. Todavia, se devidamente justificado pelo CONCEDENTE e observadas condições excepcionais de natureza e valor da emenda, poderá ser estabelecido desembolso em mais de uma parcela.



7.3 Após a celebração do convênio, o CONCEDENTE notificará o PROPONENTE/CONVENENTE acerca dos trâmites necessários para abertura/regularização de conta bancária.

## **8. DA EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 A realização das despesas, os relatórios de monitoramento e de prestação de contas dos recursos repassados observarão o disposto Decreto Estadual nº 11.406/2024, devendo as obrigações das partes serem detalhadas no instrumento de repasse.

## **9 DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 Os anexos, modelos e formulários relacionados a este edital estão disponíveis no endereço eletrônico <https://seplan.ac.gov.br/emendas-parlamentares-estaduais/> (aba editais).

9.2 Informações e esclarecimentos adicionais podem ser solicitados pelo e-mail [decone.seplan@gmail.com](mailto:decone.seplan@gmail.com) e do telefone (68) 3215-2569, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 14h.

Rio Branco - AC, 27 de fevereiro de 2026.

---

RICARDO BRANDÃO DOS SANTOS  
Secretário de Estado de Planejamento  
Decreto nº 07 -P, de 1º de janeiro de 2023